

© Sinpro é da categoria

Jornal do Professor

SinproRio

www.sinpro-rio.org.br
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região
Ano 57 • nº 228 • Janeiro, Fevereiro e Março 2016
Filiado à CONTEE • CUT • FETEERJ

VAI COMEÇAR A CAMPANHA SALARIAL

Em pauta: conquista de novas cláusulas, reajuste e equiparação salarial. Leia nas páginas 6 e 7

Foto: Alessandra Novaes



Assembleia da Educação Básica em 2015, no Club Municipal, Tijuca.

Retrospectiva Sinpro-Rio 2015

Veja o balanço da atuação política da diretoria, prestação de contas e o orçamento aprovado para esse ano nas páginas 4, 5, 8 e 9.



Base Curricular Comum: consensos e dissensos

Por Malvina Tuttman

O artigo atende ao previsto na LDB, tendo como objetivo a preparação das normas necessárias à implantação da nova estrutura de Educação.

Página 2.

Não à Intolerância!

A farsa do programa Escola sem Partido, as pautas conservadoras no Congresso de Cunha e a negação do direito de expressão. O JP entrevistou o professor Fernando Penna, da UFF, e o cineasta Cacá Diegues. Páginas 11 e 12.

Editorial

Em defesa da Democracia e pela retomada do desenvolvimento

Página 03

Veja aqui a versão online do Jornal do Professor:



É só posicionar o celular sobre o QR Code. Ou acesse o site www.sinpro-rio.org.br

FILIADO À



ARTIGO

Base Nacional Comum: consensos e dissensos

*Malvina Tuttman

A temática Base Nacional Comum não é um assunto novo. Ela está prevista na Constituição de 1988 para o ensino fundamental, e foi ampliada para o ensino médio com a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, a partir da Lei 13.005/2014, em consonância com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em nossa história recente de organização da educação, identificamos propostas que se assemelham ao que hoje se denomina de Base Nacional Comum. Por exemplo, na década de 1980 surgiram os “Guias Curriculares”, nos anos 90 os “Parâmetros Curriculares” e, ao final da década de 90 até os presentes dias, as “Diretrizes Curriculares Nacionais”, essas últimas em atendimento ao previsto na atual LDB, com o objetivo de preparar as normas necessárias à implantação da nova estrutura de educação então instituída.

O Conselho Nacional de Educação – CNE, desde a promulgação da LDB/1996, tem se dedicado ao cumprimento das competências que lhe são atribuídas pelo art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei Federal nº 9.131/95 e pelo art. 90 da LDB, para a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em 2001, o CNE elaborou e divulgou uma Coletânea com as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas até aquele momento pela sua Câmara de Educação Básica, e homologadas pelo então Senhor Ministro de Estado da Educação. Nessa Coletânea, ficam claras a importância e as finalidades de serem definidas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Destaco algumas afirmativas desse Documento, registradas em sua Introdução: (i) “as Diretrizes caracterizam-se como conjuntos articulados de princípios, critérios e procedimentos que devem ser observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento, na execução e na avaliação de seus cursos e respectivos projetos pedagógicos. Esta é uma orientação da nova legislação educacional brasileira”; (ii) “não cabe mais a este Colegiado fixar mínimos curriculares nacionais por curso ou modalidade de ensino. Cabe, sim, fixar Diretrizes Curriculares Nacionais que orientem os sistemas de ensino na tarefa de apoiar o desenvolvimento dos projetos pedagógicos concebidos, executados e avaliados pelas escolas, com a efetiva participação de toda a comunidade escolar, em especial dos docentes”; (iii) deve haver “flexibilidade para atuação dos sistemas de ensino e das escolas, de todos os níveis e modalidades, bem como apoio, orientação e avaliação da qualidade do ensino por parte do Poder Público [...] ao lado do zelo pela aprendizagem dos alunos



Crédito: Gazeta do Povo

Professora Malvina Tuttman

e do compromisso com resultados, em termos de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e de constituição de competências que conduzam o aluno à progressiva autonomia intelectual e o coloque em condições de continuar aprendendo”.

É importante lembrar que entre os anos de 2009 e 2011 foram elaboradas e aprovadas pelo CNE Diretrizes Nacionais Curriculares para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, e homologadas pelo MEC.

Em 2015, a Secretaria de Educação Básica do MEC – SEB/MEC, em observância ao PNE, apresenta aos educadores e à sociedade em geral, uma versão inicial de uma Base Nacional Comum Curricular para amplo debate, elaborada de forma autônoma por equipes convidadas pela SEB/MEC. De acordo com o Ministro de Estado da Educação à época, tal versão não representava, ainda, a posição do MEC ou a do CNE, a quem cabe, por Lei, a tarefa de aprovar o Documento final.

Essas considerações iniciais têm

“O que entendemos por formação humana, para além da dimensão cognitiva? Qual o projeto de sociedade que embasa o Documento? Quem define que um conteúdo é mais importante do que o outro?”

a intenção de resgatar a memória do presente debate, que é histórico, e de onde emergem consensos e dissensos.

Acredito que deva ser feito um conjunto de perguntas iniciais: para que serve esse Documento? Para quem? A partir de qual concepção? Há conversa com Documentos anteriores? Quais os possíveis avanços?

Outro conjunto de questões me parece necessário: o que entendemos por formação humana, para além da dimensão cognitiva? Qual o projeto de sociedade que embasa o Documento? Quem define que um conteúdo é mais importante do que o outro?

Tenho a convicção de que currículo é definido nas escolas, construído a muitas mãos, a partir das várias histórias de vida que fazem parte do cotidiano escolar. Os conteúdos, as metodologias e outras tantas técnicas não fazem sentido se desconectadas daquele contexto, pois as crianças de cada escola são únicas. Elas e os profissionais da educação precisam descobrir, juntos, o caminho. Compartilho uma das muitas lições aprendidas ao longo de minha trajetória profissional: precisamos estar abertos para ouvir os estudantes, a comunidade, os coletivos invisibilizados. É preciso refundar saberes, ampliando, verdadeiramente, o conhecimento da realidade.

O PNE, especialmente nas Metas 2, 3 e 7 - estratégias 2.1; 3.2 e 7.1, respectivamente – indicam a atribuição do MEC, em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios, de encaminhar ao CNE diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, respeitadas a diversidade regional, estadual e local.

Alguns caminhos poderiam ser tomados para atender ao PNE. Um deles, utilizando a metodologia que está sendo adotada pela SEB/MEC, que privilegia uma centralidade e a necessidade de um Documento único para todas as escolas do país. Outro, considerando que as atuais Diretrizes Curriculares emanadas do CNE permitem a semelhança necessária entre as propostas curriculares das escolas e que necessitam ser conhecidas, debatidas e interpretadas pelas escolas. Isso já está posto na Coletânea do CNE de 2001,

citada no presente texto. Caberia, portanto, a elaboração de diretrizes operacionais para que as Secretarias de Educação, em conjunto com as escolas e as representações sociais, implementassem as atuais Diretrizes sem o risco de um estreitamento curricular, atendendo o que também está previsto no PNE, no que se refere às diversidades regionais, estaduais e locais.

Além dessa breve análise, outras variáveis precisam ser consideradas ao mesmo tempo em que se amplia o debate sobre a Base Nacional Comum, quando se deseja a garantia de qualidade da educação. Para tanto, é preciso agir considerando um conjunto de ações relacionado à democratização do acesso, à permanência do estudante na escola, às condições de participação e aprendizagem, à superação das sérias assimetrias regionais e sociais, que envolvem o financiamento da educação e, conseqüentemente, uma distribuição mais justa de recursos. É preciso valorizar concretamente o professor, com planos de

“É preciso valorizar concretamente o professor, com planos de cargos e salários dignos, ao mesmo tempo em que se busca uma formação inicial e continuada compatível com o projeto claro de sociedade desejado”

cargos e salários dignos, ao mesmo tempo em que se busca uma formação inicial e continuada compatível com o projeto claro de sociedade desejado, como já previsto na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.

Afinal, quem conduz os processos curriculares são os coletivos dos profissionais da educação. Sem esses coletivos não há força suficiente para as mudanças necessárias. É preciso acreditar e investir seriamente nesses coletivos.

Concluo essa breve reflexão com uma afirmativa: a definição clara do Sistema Nacional de Educação – SNE, situando o papel da União na coordenação das políticas educacionais, em colaboração com os demais entes federados, permitirá assegurar que as ações não sejam mais discutidas e implementadas isoladamente, mas fazendo parte de um conjunto de políticas articuladas e, por isso, coerentes com o ideal de uma educação emancipadora.

* Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Membro do Conselho Nacional de Educação – CNE e Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro – CEE/RJ

EDITORIAL

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E PELA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

• A realidade conjuntural do país e do mundo nos obriga a profundas reflexões, notadamente para o ano que se inicia. O repetido e supervalorizado discurso da crise, o papel irresponsável e terrorista da grande mídia e um cenário político conturbado, certamente serão usados e aprofundados pelos donos de escola para uma maciça investida contra os professores seja na retirada de direitos seja na negação do aumento salarial e da nossa pauta reivindicatória. Isso vai exigir de todos nós unidade em torno da manutenção e ampliação de nossas conquistas históricas. É nesse contexto que a diretoria do Sinpro-Rio apresenta a sua contribuição para a reflexão da categoria acerca da nossa responsabilidade política.

Com base na retórica neoliberal de que são necessárias medidas de austeridade e ajuste nas economias nacionais para enfrentar os efeitos da crise, trilhões de dólares em recursos públicos foram para o sistema financeiro, concomitantemente, os estados nacionais reduziram investimentos em políticas sociais e em infraestrutura, tendo como resultado o aumento do desemprego e da pobreza em todo o mundo, enquanto o sistema financeiro retoma os seus melhores dias de lucros astronômicos, para a felicidade das grandes corporações multinacionais. Portanto, a lógica financeira interfere na capacidade produtiva, pois a maior preocupação dos executivos passa a ser com o valor das empresas nas Bolsas de Valores.

Nesse cenário internacional adverso ao mundo do trabalho, os sindicatos têm ido às ruas para defender salários e a preservação dos direitos. A resposta dos governos tem sido a violação dos direitos e a criminalização dos movimentos sociais. Governantes que, na Europa, nos países da África e Oriente Médio e na nossa América Latina, se opuseram ou se opõem

à política de “austeridade” dessas corporações multinacionais, foram chantageados e desestabilizados até a chamada de novas eleições; viram seu povo tornar-se refugiado das suas terras ricas de petróleo e gás; estão convivendo com constantes ataques da mídia que geram clima de instabilidade política e econômica, criando ambientes propícios a golpes insuflados por setores que pregam o ódio, o fascismo, a intolerância e a difamação de setores progressistas, defendendo a privatização das empresas nacionais, dos bens naturais e o fim de leis e políticas que prejudiquem seus negócios.

“Constantes ataques da mídia que geram clima de instabilidade política e econômica, criando ambientes propícios a golpes insuflados por setores que pregam o ódio, o fascismo, a intolerância e a difamação de setores progressistas”

Especificamente no Brasil, o pleito de 2014, expôs o grau de acirramento da luta de classes. De um lado, um projeto de governo com uma agenda progressista que apontava o aprofundamento das políticas sociais e a democratização do Estado, entre outros projetos já consolidados, como a continuidade do PAC, a valorização do salário mínimo, a regulamentação de direitos, a aprovação da PEC contra o trabalho escravo, a destinação dos royalties do Pré-sal para a Saúde e a Educação, a inclusão da meta do PNE de atingir 10% do PIB para a Educação até 2024... Do outro lado, agruparam-se políticos e empresários conservadores, latifundiários e grileiros, além de uma extrema direita raivosa, que pregava não só a redução do Estado, mas também a redução das políticas sociais e a austeridade econômica, que, como sabemos, diminui o poder de

compra da classe trabalhadora e flexibiliza seus direitos, inibindo sua organização.

“O projeto das forças progressistas foi vitorioso com a reeleição da presidente Dilma Roussef, mas esbarrou no Congresso mais reacionário desde os tempos da ditadura e, acuado, estancou, dando início ao reajuste fiscal”

O projeto das forças progressistas foi vitorioso com a reeleição da presidente Dilma Roussef, mas esbarrou no Congresso mais reacionário desde os tempos da ditadura e, acuado, estancou, dando início ao reajuste fiscal, penalizando os trabalhadores(as) pelas mãos de Joaquim Levy, ministro da Fazenda de confiança do mercado, que apoiava, também, a terceirização sem limites.

Ao insistir com o reajuste fiscal de Levy, ao invés de por em prática a sua agenda vitoriosa, Dilma estremeceu suas relações com sua base social de apoio, dando espaço à direita para aumentar a pressão e, esta direita, apoiada pelos grupos internacionais e seu aparato midiático, organiza um forte grupo, formado por políticos conservadores históricos, na sua maioria, envolvidos em corrupção, financiamentos ilícitos de campanha, sonegação fiscal, trabalho escravo, grilagem, desvio de divisas... e tenta, com o apoio do presidente corrupto e impune da Câmara dos Deputados, a aprovação de um processo de impeachment que, na verdade, é uma agressão à democracia, um retrocesso histórico que nos reduziria à velha condição de “republicueta banana”, ridicularizada nos filmes de Hollywood.

E é diante desse quadro em que o povo brasileiro reage e exige, nas

ruas, respeito à democracia, que a diretoria do Sinpro-Rio reafirma sua posição de que a saída da crise está na preservação do patrimônio público, na retomada dos investimentos na Educação, Saúde, Habitação, Infraestrutura; na taxação das grandes fortunas, na valorização da agricultura familiar, da Pesquisa, do Desenvolvimento Sustentável; na reestruturação e apoio às empresas públicas e privadas sérias, comprometidas com o progresso e com os direitos trabalhistas.

Entendemos que precisamos estar unidos a toda a classe trabalhadora, aos intelectuais, aos artistas, aos movimentos sociais organizados e a todos os

“E é diante desse quadro em que o povo brasileiro reage e exige, nas ruas, respeito à democracia, que a diretoria do Sinpro-Rio reafirma sua posição de que a saída da crise está na preservação do patrimônio público, na retomada dos investimentos na Educação, Saúde, Habitação, Infraestrutura”

segmentos progressistas, para defendermos a democracia e garantir o desenvolvimento do nosso país e o bem-estar de todo o povo brasileiro.

Por um Brasil desenvolvido, soberano e democrático!

A Diretoria.

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

Demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Receita

SEDE	
CARTEIRA SOCIAL	6.990,33 C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	882.310,47 C
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	2.413.189,64 C
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	65.204,16 C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	2.578.688,06 C
ESCOLA PROFESSOR - CURSOS	468.415,05 C
ALUGUERES	30.010,10 C
ACORDOS	800,00 C
ESCOLA PROFESSOR - EVENTOS	26.675,00 C
DESCONTO FOLHA	1.326.196,83 C
FINANCEIRAS	41.279,01 C
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	6.054,56 C
MULTAS	300,90 C
RESGATE DEPÓSITO JUDICIAL	365.472,03 C
COPAP - EVENTOS	1.300,00 C
CAMPO GRANDE	
DESCONTO FOLHA	420.345,95 C
JURIDICO	
HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	200,00 C
	8.633.432,09 C
RECEITA LÍQUIDA	8.633.432,09 C
LUCRO BRUTO	8.633.432,09 C

Despesa (Resumo)

DESPESAS MÉDICAS	5.706,00 C
SALÁRIOS FUNCIONÁRIOS - 20% - ART 592 CLT	481.652,61 D
FGTS - SW/SAL. FUNC. - 20% ART 592 - CLT	196.378,98 D
INSS - S/SAL FUNC. - 20% ART 592 - CLT	670.648,05 D
PIS - S/SAL FUNC. - 20% ART 592 - CLT	25.377,95 D
CONSPRO	2.200,00 D
EDITAIS - CAMPANHA SAÚDE DO PROFESSOR	240,00 D
JORNAL DO PROFESSOR	17.766,00 D
MATERIAL GRÁFICO - COMUNICAÇÃO	18.700,00 D
SINPRO FOLIA	21.461,69 D
	12.024.580,29 D
PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.391.148,20 D
PREJUÍZO LÍQUIDO	3.391.148,20 D

Professor é professor!

Diferentes, mas iguais.

Equiparação salarial na educação básica é o mais justo

contec

Despesas Detalhadas

SEDE	
ALIMENTAÇÃO	25.190,14 D
AVISO PRÉVIO	27.934,44 D
ESTAGIÁRIOS	46.668,13 D
MEDICINA DO TRABALHO - PCMSO	1.200,00 D
AJUDA DE CUSTO - SEDE	900,00 D
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.915,78 D
VIAGENS DIRETORES	1.490,00 D
FOLHA SALARIAL	3.055.121,88 D
AJUSTE FOLHA	4.369,85 D
VALE TRANSPORTE	18.916,32 D
AUXÍLIO FUNERAL	4.752,00 D
C.I.E.E.	445,62 D
ACORDOS DIRETORES	152.549,09 D
FGTS	32.040,89 D
INSS	626.611,00 D
PIS	12.269,19 D
ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	51.279,40 D
ALUGUEL DE VAGA DE GARAGEM	25.150,00 D
ANÚNCIOS	660,00 D
ASSESSORIA CONTÁBIL	49.568,00 D
ASSINATURA REVISTAS E JORNAIS	1.228,00 D
CARTÃO CELULAR	873,00 D
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES	20.220,24 D
CONDOMÍNIO / ALUGUEL	216.865,43 D
CONDUÇÃO E TRANSPORTE TERCEIROS	2.000,00 D
CONTRIBUIÇÃO CUT	293.837,83 D
CONTRIBUIÇÃO GOV. C/EMP. / CONF. FED.	5.635,77 D
CONTRIBUIÇÕES MODECON	2.430,95 D
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS PROF. DA COSTA VERDE	10.583,11 D
CORREIOS	53.293,95 D
DOAÇÕES	900,00 D
EMBRATEL	36,70 D
ESTACIONAMENTO	8.879,95 D
HOSPEDAGEM	10.590,00 D
INTERNET	14.570,00 D
LUZ	18.722,13 D
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	18.010,28 D
MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	380,00 D
MANUTENÇÃO CENTRAL TELEFÔNICA	1.536,29 D
MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	6.020,00 D
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS - APARELHOS	8.056,31 D
MANUTENÇÃO MÓVEIS E UTENSÍLIOS	140,00 D
MANUTENÇÃO SOFTWARE	730,89 D
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	8.012,87 D
MANUTENÇÃO COPIADORAS	18.479,10 D
MATERIAL - CPD	6.135,78 D
MATERIAL - COZINHA	8.753,35 D
MATERIAL - EXPEDIENTE	15.649,36 D
MATERIAL - FERRAGENS	434,35 D

MATERIAL - IMPRESSÃO - TONNER	3.100,00 D
MATERIAL - LIMPEZA	11.754,32 D
MATERIAL - ELÉTRICO/HIDRÁULICO	6.749,40 D
MULTAS TRÂNSITO	441,52 C
PEDÁGIO	1.453,65 D
POSSE DIRETORIA SINPRO-RIO	17.500,00 D
PREVENÇÃO DE INCÊNDIO	1.086,44 D
PUBLICIDADE	4.960,80 D
SEGUROS	838,29 D
SEGUROS VEÍCULOS	1.824,74 D
SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA	35.870,11 D
SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURÍDICA	1.066.865,15 D
TELEFONIA	15.132,47 D
CÓPIAS / ENCADERNAÇÕES	8.046,70 D
CEDAE	4.504,00 D
CARTÓRIO	4.943,65 D
IPTU	19.810,12 D
EDITAIS	1.380,00 D
TAXI	10.901,08 D
PROJETO MÚSICA	5.524,00 D
ALUGUEL DE CARRO DE SOM	1.950,00 D
ASSESSORIA JURÍDICA	822.167,95 D
AGENDA PROFESSOR	9.200,00 D
COPAP	3.272,55 D
CONFECÇÃO DE CARTEIRAS	5.250,00 D
DIVERSOS	1.043.562,89 D
CURSOS	219.285,32 D
CHAVEIRO	119,00 D
EMPRÉSTIMO	6.128,51 C
ESCOLA	17.551,15 D
EVENTOS CONSPRO	7.418,74 D
AGENDAS	37.170,00 D
ACORDOS TRABALHISTAS	276.993,62 D
CÁLCULOS JUDICIAIS	20.435,00 D
PLANO ODONTOLÓGICO	11.468,00 D
MATERIAL SEGURANÇA	959,03 D
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SÍNTESE	288,79 D
INFORMÁTICA	197.075,62 D
REVISÃO DE TEXTO	9.316,15 D
BANNERS	430,00 D
SINTURPERJ	2.430,95 D
FECHAMENTO MADUREIRA	3.600,00 D
FICHAS SINDICALIZAÇÃO/DIPLOMAS	714,00 D
PROCESSOS DIVERSOS	1.003.886,02 D
RECOLHIMENTO ACORD. SIND	350.000,00 D
EDITAIS	1.248,00 D
SERVIÇOS PESSOA FÍSICA	92.556,63 D
LOCAÇÃO RADIOS NEXTEL	10.690,00 D
JORNAL ELEIÇÕES	14.445,47 D
OUTRAS DESPESAS	130.202,19 D
BANCÁRIAS	58.918,07 D
CARTÕES CRÉDITO/DÉBITO	10.399,80 D
DESPESAS COM CAMPANHA SALARIAL	6.777,62 D
DESPESAS DA COMUNICAÇÃO - CAIXINHA	120,00 D
ESTAGIÁRIO	2.394,00 D
PAGAMENTO PESSOA FÍSICA	4.447,37 D
ESTAGIÁRIO	7.980,00 D
GRERJ	102.424,82 D

CAMPANHA SALARIAL 2016

EDUCAÇÃO BÁSICA

Crédito: Bianca Argenta



Assembleia da educação básica no Sindicato

Nessa primeira edição do Jornal do professor do ano de 2016, a questão central é a campanha salarial, momento em que a categoria se unifica e se mobiliza em torno de suas bandeiras e demandas. A expectativa é de que as nossas reivindicações históricas, construídas com a participação dos professores e professoras nos diversos fóruns organizados pelo sindicato, na sala dos professores - “no chão da escola”, deixem de ser apenas pleitos, se concretizando como conquistas dos trabalhadores.

É esperado que mais uma vez tenhamos que enfrentar o velho discurso do patronato da “conjuntura econômica” e suas “eternas crises”, alegação oficial para não mudar a triste realidade da política salarial praticada pela escola privada, que levou aos imorais pisos pagos por elas no município do Rio de Janeiro. A tão propalada crise econômica não os impediu de efetuar, ao longo dos últimos anos, sucessivos reajustes das mensalidades escolares e sempre acima dos índices oficiais de inflação. Nesse ano, e mais do que nunca, os trabalhadores terão que enfrentar o discurso ideológico da crise. Não serão os trabalhadores que pagarão a crise do capital! Daí que essa campanha exigirá mobilização e intensa participação de toda a

categoria.

Há anos as escolas privadas não têm qualquer pudor em contradizer seu próprio discurso de educação de qualidade. Isso se materializa quando aumentam o número de alunos por turma; quando diminuem a carga horária de disciplinas e quando “otimizam” turmas, dentre outras medidas, sempre em favor do aumento de seus lucros, independentemente de “tempos de crise”. Durante todo esse tempo, as escolas lucraram significativamente numa absoluta diferença entre o que se arrecada junto às famílias (pelas mensalidades) e o que se investe através da infame política salarial praticada perante os professores e demais trabalhadores.

Em 2015, diante da postura patronal de sequer considerar a reposição salarial da categoria, além de ignorar todo conjunto de pleitos históricos, a campanha salarial foi marcada pela presença maciça do Sindicato nas ruas e nas portas das escolas de diversas localidades do Rio de Janeiro. O reajuste salarial - após negociações profundamente desgastantes tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior - ficou abaixo da expectativa da categoria, mas ainda assim ficou acima da negociação em algumas

regiões do país, garantindo também a reposição das perdas salariais.

Mesmo diante desse quadro, alguns sindicatos avançaram em conquistas importantes para a categoria. Entre eles, o Sinpro-RS, que com muita luta arrancou do patronato local o compromisso de redução da diferença entre os salários dos docente da educação infantil/anos iniciais do ensino fundamental e os valores hora-

aula dos professores dos anos finais do ensino fundamental, concluindo a unificação dos pisos em 5 anos. No Rio de Janeiro, os professores e professoras da rede pública municipal conquistaram a isonomia salarial, a ser concluída em 2018, na grande greve de 2013. Proposta semelhante foi aprovada em assembleia por nossa categoria e apresentada ao patronal em paritária específica. No entanto, o patronato da escola privada do município do Rio de Janeiro, mais uma vez, ignorou solenemente uma reivindicação que não se limita somente aos professores das escolas particulares.

Portanto, já estão em pauta, além da equiparação salarial, o aumento real sobre os pisos e a valorização por aprimoramento acadêmico, embrião de um necessário plano de cargos e salários para a categoria que atua na escola privada.

Professor(a), o momento é grave. Nessa campanha, mais do que nunca, sua presença nas assembleias é fundamental. Organizem-se em seus locais de trabalho, constituam grupos de discussão, pois será fundamental para a construção coletiva da pauta reivindicatória de 2016. Exija a presença do sindicato.

Quando você diz sim ao sindicato, você diz não à redução de direitos!

CALENDÁRIO DE ASSEMBLEIAS DE PAUTA

Data-base:	Acordo/CCT:	Assembleia Dia:	Horário:	Local:
01/04	EDUCAÇÃO BÁSICA	12/03, sábado	10 horas	SINPRO-RIO
01/04	EDUCAÇÃO SUPERIOR	14/03, segunda	18 horas	SINPRO-RIO
01/04	IBEU	11/03, sexta	17h30	SINPRO-RIO
01/04	ALIANÇA FRANCESA	12/03, sábado	13h30	SINPRO-RIO
01/04	CULTURA INGLESA	11/03, sexta	17h30	SINPRO-RIO
01/04	CIEM	11/03, sexta	12h	CIEM

Assembleia da Educação Básica
Sábado, 12 De Março, 10 horas - No Sinpro-Rio
Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar, Centro do Rio.

CAMPANHA SALARIAL 2016

EDUCAÇÃO SUPERIOR



Assembleia da educação superior no Sindicato

Para a Educação Superior, o quadro político-econômico pouco se diferencia da Educação Básica. Na prática, a relação com a categoria apresenta apenas nuances que diferenciam os diferentes setores da Educação: por trás dos discursos dos relativos bons salários, se escondem velhas práticas conservadoras quando do trato com os seus profissionais, principalmente na hora do reajuste salarial - discurso de uma crise que não tem fim, inadimplências dos alunos, falta de apoio de políticas governamentais, entre outras mazelas. Armadilha pronta para justificar o descumprimento do legal, notadamente nas questões trabalhistas, centrado principalmente no desrespeito com a carga horária contratada dos professores, com reduções que chegam à famosa carga horária zerada. Quando se pensa no quadro conjuntural para

esse setor, a situação se revela muito mais grave, tanto no trato com a questão das relações de trabalho, quanto da própria estrutura educacional. Hoje, os chamados fundos de investimentos em educação - alocados em grandes empresas educacionais, contratam escritórios para intervenções com vistas à sua reestruturação, tendo como referência apenas a redução de custos. Neste metiê, apostando na impunidade, empurram para a esfera judicial as suas já robustas dívidas trabalhistas e fiscais, obviamente com cortes em relação ao número de professores.

A pergunta que não quer calar é esta: onde fica a qualidade da educação que estas instituições tanto alardeiam para vender seu produto?

O resultado da Educação tratada como mercadoria é: um ensino pasteurizado com base em apostilas, em sua maioria renunciando

aos livros para, através do Prouni e de uma EAD trivializada, oferecer aos estudantes, em sua maioria de baixa renda, um ensino que não encontra espaço na universidade pública.

Excetuando-se as chamadas IES comunitárias, vocacionais, as fundações de direito privado ou mesmo as autarquias municipais, o que resta é um setor voltado para extrair lucros que beiram aos milhões, utilizando a venda de serviços educacionais tocados por empresários e suas mantenedoras.

Neste aspecto, não há dúvida que a base dessa concepção de empresas educacionais é a de educação como serviço e não como direito e obrigação de Estado, nas quais qualquer discurso de regulação passa ao longe. No fundo, um modelo engordado com verbas públicas - Prouni e Fies, que já abocanha cerca de 80% da educação superior no país e que tem suas origens no contexto da Reforma Universitária de 1968, em pleno regime militar. Um setor que cada vez mais se revela a serviço do ganho, sem compromissos, pelo menos de forma explícita, com o trinômio ensino, pesquisa e extensão, princípios tão caros para um projeto de uma educação superior transformadora.

E o que é mais contraditório, segundo dados do próprio MEC, cerca de 40% do faturamento do maior grupo educacional formado pela fusão entre Kroton e Anhanguera são provenientes de recursos públicos, frutos das isenções

fiscais e de financiamentos obtidos por meio do Fies.

É claro que quando se trata do corpo docente o que perdura é um modelo viciado baseado numa brutal exploração do trabalho!

Mas chega o momento de se pensar em dar um basta!

O momento é esse! A campanha salarial de 2016 deve apontar para uma ampla mobilização da categoria com vista a iniciar uma mudança de rumo favorecendo a luta solidária em outros níveis:

Construção de uma carreira digna, com um efetivo Plano de Cargos e Salários, que contemple principalmente:

- Condições de trabalho decentes,
- Salários condizentes com suas funções universitárias,
- Tempo remunerado para estudos e pesquisas

Professor(a), o momento é grave, mas a força de nossa mobilização é que pode mudar esse quadro. A organização em seus locais de trabalho, seja pela via das ADs ou mesmo grupos de discussão nas salas de professores, será fundamental para a construção coletiva da pauta reivindicatória para 2016. E isso só pode ser materializado com a sua presença nas assembleias.

Quando você diz sim ao sindicato, você diz não à redução de direitos!

Assembleia da Educação Superior

Segunda-Feira, 14 de março, 18 horas - no Sinpro-Rio

Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar, Centro do Rio.

NOTÍCIAS DAS IES

Universidade Castelo Branco (UCB):

O Sinpro-Rio entrou com ação pedindo os salários dos meses de abril, maio e junho de 2013 e 13º salário de 2012. O processo foi julgado favorável e vamos iniciar a execução para todos os professores que ministravam aulas na Castelo Branco.

Já em relação ao 13º salário de 2001, os cálculos já foram feitos e a UCB apresentou sua proposta de pagamento. O Sinpro-Rio aguarda, agora, a realização de audiência para homologação da forma de pagamento, que foi aprovada em assembleia dos professores.

Um terceiro processo contra a Castelo Branco postula a quitação dos pagamentos dos salários dos meses de outubro/2011 e novembro/2011, 13º salário de 2011, estipulação de multa na hipótese de mora salarial e dano moral. Nesse processo, a Justiça fixou multa pelo atraso no pagamento dos salários, bem como condenou ao pagamento da correção monetária sobre os salários dos meses de outubro/2011 e novembro/2011, 13º salário de 2011 e indenização pelos danos morais decorrentes do reiterado atraso na quitação da remuneração.

Após a Castelo Branco ter perdido todos os recursos interpostos, iniciamos a fase de liquidação do processo com a apuração dos valores devidos aos professores.

O processo de FGTS aguarda apuração dos valores devidos pela instituição.

Galileo - UniverCidade e Gama Filho (UGF):

Em um processo do Sindicato pedindo indenização pela entrega com erro das declarações de rendimento aos professores tanto da Gama Filho quanto da UniverCidade, além de determinar a entrega de novos informes, as instituições foram condenadas ao pagamento de indenização pelo dano moral causado aos professores. Apresentamos os cálculos e o processo está com o contador judicial para análise e atualização das contas. Quanto ao não pagamento dos salários integrais dos meses de setembro/2013, outubro/2013, novembro/2013, dezembro/2013, janeiro/2014, fevereiro/2014 e março/2014; e também a diferença dos salários dos meses de janeiro/2013, fevereiro/2013, março/2013, abril/2013 e 13º salário de 2013, o processo aguarda sentença da juíza.

UniverCidade:

O Sindicato possui cinco processos em tramitação contra o antigo Centro Universitário da Cidade (UniverCidade):

- 1 - Sobre o 13º salário de 2007, que está na fase de execução dos representantes da Instituição.
- 2 - Sobre depósito do FGTS, o processo está com o perito, que está verificando quanto, de fato, a instituição deve.
- 3 - Sobre a nulidade da dispensa coletiva, ocorrida em dezembro de 2011. Ela chegou a ser anulada pela decisão judicial. Contudo, em razão do encerramento das atividades, o Sindicato requereu a conversão da reintegração em indenização, estando este pedido aguardando julgamento.
- 4 - Sobre a correção monetária, devido ao atraso no pagamento do 13º salário de 2011:

após o requerimento de penhora na residência do Sr. Ronald Levinson, o processo foi integralmente pago no final do ano de 2015. O Sindicato convocará os professores para receberem os seus créditos, acompanhe pelo portal www.sinpro-rio.org.br.

5 - E, por fim, sobre a diferença do reajuste salarial previsto na Convenção Coletiva: o processo será encaminhado para o perito judicial, que atualizará o valor da dívida. Permanece penhorada neste processo, para garantia da execução, uma casa situada em Ipanema.

Universidade Gama Filho (UGF):

A UGF foi condenada a pagar, após ação do Sinpro-Rio, o 13º salário de 2008 e dano moral para os professores da IES. Já apresentamos os cálculos e o processo está com o contador judicial para atualização.

No processo sobre o adicional de 25% sobre a hora aula noturna, os cálculos foram elaborados por perito judicial e o processo está com o contador da 56ª Vara do Trabalho para aplicação dos juros e correção monetária.

Faculdade Machado de Assis (FAMA)

Sinpro-Rio realiza ato público na porta da Fama na noite do dia 20 de outubro. Os alunos apoiaram o ato, exigindo solução da faculdade em relação aos professores. Não houve aula na instituição durante a manifestação.

Depois de ter perdido ação na Justiça, que condenou a instituição a indenizar pelo dano moral, caberá à direção pagar o FGTS, não depositado desde 2007 e os 1/3 de férias, não pagos há 4 anos. Estamos apurando os valores devidos aos professores para a execução do processo. A mobilização da categoria foi

fundamental para exercer a pressão. O Sinpro-Rio continua na luta pelo cumprimento dos direitos dos professores da instituição.

FEUC - Fundação Educacional Unificada Campograndense

Em uma assembleia com mais de 100 professores e com a presença do Sinpro-Rio, foi votada uma proposta de negociação com a faculdade e eleita uma comissão para apresentá-la. O Sindicato, juntamente com a comissão, vem acompanhando o cumprimento do acordo firmado com a instituição.

Ucam, unidades Padre Miguel, Bangu, Santa Cruz, Campo Grande e Penha:

Em fevereiro, o Sinpro-Rio, docentes, funcionários e estudantes da Ucam realizaram um grande ato público em frente à Candido Mendes de Padre Miguel. Os professores reivindicaram pagamento dos salários em atraso, pagamento das férias e 13º salário.

Os docentes também aprovaram a manutenção do estado de greve e a formação de uma comissão de professores que, junto com o Sindicato, negociou com a direção da instituição.

Ucam, unidade Centro:

Em assembleia realizada em agosto, na unidade Centro da Universidade Candido Mendes (Ucam), os professores, reunidos, decidiram suspender a greve que já durava mais de 50 dias, manter o estado de greve e mobilização contra os atrasos dos salários.

Ao final, os professores aprovaram uma moção de repúdio contra as demissões arbitrárias promovidas pela Mantenedora.

RETROSPECTIVA DA GESTÃO 2015

Sindicato faz homenagem às professoras na semana do Dia da Mulher



Diretora entrega rosas em escola

Na semana do dia 8 de março, o Sinpro-Rio visitou mais de 130 escolas, espalhadas por toda a área de abrangência da entidade, distribuindo para as professoras cerca de 6 mil rosas. Junto com as rosas, as docentes também receberam um texto sobre a data e sobre a importância e a real valorização da mulher-trabalhadora na sociedade.

O Sindicato salientou o evento social que iniciou a celebração da data: a greve das mulheres-operárias em uma fábrica, em 08 de março de 1917 (pelo calendário ortodoxo), que culminou com a Revolução Russa. O desafio de alcançar a melhoria das condições de trabalho e saúde e equiparação salarial continua ainda hoje.

Docentes ocupam a Praça do Professor no dia 15 de outubro



Diretora Adalgiza Burity

No dia 15 de outubro, os professores ocuparam a praça da Rua Pedro Lessa, em frente ao Sinpro-Rio, Centro da cidade.

Foram realizadas diversas atividades culturais, como a troca e distribuição de livros e a apresentação dos músicos e cantores da Copap, além de um belo trabalho de conscientização dos professores e da sociedade, através do diálogo direto entre o Sindicato e sociedade.

Primeira Plenária Estatutária promove debate sobre mudanças no Estatuto do Sinpro-Rio



Diretor Antônio Rodrigues

O Sinpro-Rio realizou, na noite do dia 30 de novembro, sua Primeira Plenária Estatutária, para iniciar os debates acerca das mudanças para a atualização do Estatuto do Sindicato.

Foram apresentadas quatro principais pautas aos professores(as) presentes. Algumas delas já foram discutidas no 10º Consinpro, realizado em setembro de 2010, mas os apontamentos do Congresso não evoluíram. A Diretoria apresentou à plenária quatro pontos iniciais para a retomada das discussões:

- Duração do mandato da Diretoria: os membros da Diretoria serão eleitos por chapa para cumprir

um mandato de quatro anos. Atualmente, o mandato da Diretoria é de três anos.

- Limitação do número de mandatos do(a) presidente: o cargo de presidente está limitado a 2 (dois) mandatos consecutivos. Segundo o Estatuto em vigor, não há limitação de mandatos.

- Comissão Eleitoral: a Comissão Eleitoral será composta inicialmente de 3 associados, com mais de 2 anos de filiação e reconhecida idoneidade moral, eleitos em assembleia designada para tal, e posteriormente, por mais um representante de cada uma das chapas registradas. Atualmente, a comissão eleitoral é indicada pela Diretoria do Sinpro e não eleita em assembleia.

Os(as) professores(as) presentes puderam defender ou sugerir mudanças nas propostas, que foram anotadas e serão levadas para os próximos encontros. O Sinpro-Rio realizará outras plenárias para discussão dos temas. Acompanhe a agenda pelo portal do Sindicato.

ESCOLA DO PROFESSOR

A Escola do Professor oferece diversos cursos, palestras, seminários e oficinas como estes, que estamos divulgando aqui, tanto na Sede quanto nas Subsedes da entidade. Para saber detalhes e conhecer as demais atividades, acesse www.sinpro-rio.org.br ou ligue para 3262-3440.

Contribuições da psicomotricidade na Educação Infantil

Sábado, 19 de março, das 9h às 13h

Local: Subsede – Campo Grande

Carga horária: 4 horas

Vagas: 20

Objetivo: Refletir sobre a importância da psicomotricidade com base no pensamento complexo e transdisciplinar na Educação Infantil.

Criação de textos literários - poemas, contos e crônicas

Terças-feiras, de 15 de março a 12 de julho, das 9h30 às 12h

Local: Sede-Centro

Carga horária: 45 horas

Vagas: 15

Objetivos: Despertar e exercitar a capacidade de escrever textos literários.

Quatro lições sobre o amor: as perspectivas de Platão, Schopenhauer, Robert Wright e Sobonfu Somé

Quintas-feiras, 31 de março, 7, 14, 28 de abril, das 16h às 18h

Local: Sede-Centro

Carga horária: 8 horas

Vagas: 20

Objetivos: Trazer reflexões e inflexões sobre o amor (“erótico”) a partir de pontos de vista filosóficos e psicológicos de épocas distintas e de matrizes culturais diferentes. A experiência amorosa vai ser problematizada criticamente, colocando em paralelo o viés cultural com a leitura científica para uma análise filosófica. Trazer quatro perspectivas para indagações constitutivas da condição humana, tais como: o que é o amor? Como saber se um sentimento é realmente amor?

O que faz um bebê “que nada faz”?

Abordagem de Emmi Pikler*

Sábado, 9 de abril, das 9h às 13h

Carga horária: 4 horas

Vagas: 20

Local: Subsede – Barra da Tijuca

Objetivo: Provocar o olhar dos profissionais que atuam em creches para perceber as competências da criança pequena, entendendo-a e respeitando-a como sujeito ativo.

* Um importante princípio da abordagem desenvolvida pela pediatra educadora húngara Emmi Pikler (1902-1984) é o de que o adulto deve estabelecer uma relação de confiança e interação com o bebê durante os principais cuidados (banho, troca de fraldas, alimentação).

RETROSPECTIVA DA GESTÃO 2015

Sinpro-Rio realiza Homenagem aos Mestres

Crédito: Bianca Argenta



Noite de homenagem com apresentação musical

Na noite do dia 26 de novembro, ocorreu a “Homenagem aos Mestres”.

Com a homenagem, o Sindicato resgata a memória de luta dos educadores que contribuíram, na militância política ou dentro das salas de aula, para uma Educação transformadora. Foram homenageados os professores e professoras Hélio Alberto de Moraes, José Livieto de Medeiros, Luiza Miriam Ribeiro Martins, Regina Maria Alves de Carvalho, Severo de Paoli e Valdir Elizardo da Silva. A solenidade teve início com a apresentação do violinista Otavio Lima de Oliveira, que emocionou os presentes.

O primeiro homenageado foi o professor de História Hélio Alberto de Moraes, que recebeu a placa das mãos de Roberto Zarembe Bezerra e agradeceu, dizendo “Esse é um momento de grande felicidade e emoção. Gostaria que todos os professores pudessem passar por este momento de alegria, mas tenho orgulho em dizer que esta é uma festa de todos os professores.”

Seguindo as homenagens, a professora de Português Regina Maria Alves de Carvalho recebeu sua placa das mãos de Gabriel Ribeiro e disse “A sala de aula, para mim, ainda é um ambiente de prazer, além de ser um ambiente fértil [...] agradeço a homenagem, me emociona bastante.”

Na sequência, foi a vez de Edson Basílio da Silva entregar a placa ao professor de Biologia Severo de Paoli, que falou “A gente é o que é por termos pessoas que nos fazem grande. Ninguém é grande sozinho. Ser professor é o meu papel, é ali que me realizo. Obrigado por tudo. Vamos

em frente!”

O professor de Educação Física Valdir Elizardo da Silva recebeu sua homenagem de Eneida Freira e agradeceu “Sou profissional de Educação Física sim, mas acima de tudo, sou educador e eu aprendi com todos vocês que estão aqui. Eu sempre acho que poderia ter feito muito mais. Muito obrigado por esta noite, senhores.”

Finalizando, Lucia Naegeli fez uma apresentação do professor de Química e ex-diretor do Sinpro-Rio, José Livieto de Medeiros, que encerrou a noite com as seguintes palavras: “Agradeço primeiro a Diretoria por recriar este espaço. Entendo esta solenidade como um vínculo do Sindicato com a categoria. Agradeço muitíssimo aos presentes por este “mimo” aos companheiros homenageados e a mim [...]. Não gosto de falar de mim, mas acho que uma coisa só resume minha personalidade: eu sou um fazedor de amigos. Toda minha vida foi neste sentido. [...] Estando em um sindicato, temos que falar de política mas como falar de política neste momento? Há uma ausência de vontade de falar de política. Mas chegar aqui e não dizer nada não é possível. A situação está complicada mas é preciso defender a democracia, a honestidade, a ética e todos os princípios... é o que sabemos fazer e temos obrigação.”

A homenageada Luiza Miriam Ribeiro Martins, infelizmente, não pôde comparecer à solenidade por ter se acidentado na véspera do evento. Sua placa foi guardada para que, assim que se recupere, possa receber sua devida homenagem.

IEIC: mais uma vitória da categoria e da comunidade escolar

Foto: Alessandra Novaes



Professores do IEIC em reunião com diretoria e advogados do Sindicato

Como já é do conhecimento de todos, o Instituto Educacional Imaculada Conceição (Ieic) vem passando, desde o ano de 2014, por dificuldades na efetivação de compromissos firmados, devido ao litígio entre os filhos herdeiros do colégio.

Nesse sentido, a juíza responsável pelo processo no qual a escola estava envolvida determinou, no final do ano passado, o fechamento da instituição de ensino e o leilão dos bens, tendo em vista a impossibilidade de um acordo entre as partes interessadas. Os profissionais de educação se mobilizaram e, junto com o Sinpro-Rio, deram início a um movimento de resgate da instituição, pois, além do desemprego de quase 200 trabalhadores, teríamos a situação irreparável de quase 2 mil crianças e jovens sem escola, tendo

em vista o fim do período da pré-matricula nas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro e a dificuldade de matrícula nas escolas da região que, além de mais distantes, são também muito mais caras.

Sendo assim, o Sinpro-Rio solicitou audiência com a juíza e, juntamente com o Sindicato dos Auxiliares Administrativos (SAAE-RJ), produziu um pedido para que, diante das argumentações, a juíza concedesse a continuidade do funcionamento da escola, aliviando a tensão dos pais, alunos, funcionários e professores.

O Sindicato reitera sua total solidariedade com a comunidade escolar. Este fato corrobora a máxima de que “só com mobilização e organização é que se consegue a vitória almejada”.

GPI: professores demitidos protestaram na porta da escola, em setembro

No dia 12 de setembro, professores demitidos do GPI fizeram um ato público, juntamente com o Sinpro-Rio, na porta de uma das unidades.

A escola funcionava na Rua Ibituruna e no meio do ano foi transferida para outro endereço. Apesar de alguns professores terem sido readmitidos, a escola descumpriu os direitos de todos. O Sindicato ajuizou ação questionando as demissões e o não depósito de FGTS.

INSTITUTO ANALICE, em Campo Grande

Após inúmeras assembleias no Sindicato, realizadas no segundo semestre de 2015, os professores votaram por paralisação em protesto contra os abusos e desmandos da direção do colégio. Foram realizados dois grandes atos pela categoria, que receberam apoio do sindicato com carro de som na porta da escola. A luta continua!

COLÉGIO FERNANDO COSTA, em Seropédica

Após reunião dos professores com a direção, na presença do Sinpro-Rio, foi eleita uma comissão para negociar os atrasos salariais e outros passivos trabalhistas. O Sindicato vem participando das negociações e dando o apoio necessário à categoria.

Lei anti-bullying entra em vigor em fevereiro

Foi publicada no Diário Oficial do dia 09 de novembro a lei que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying), que também contempla os casos de “cyberbullying”.

JURÍDICO

A aposentadoria do professor e o fator previdenciário

A atividade de professor foi definida como penosa pelo Decreto nº 53.831/64, sendo confirmada pelo Decreto nº 83.080/79, que a classificou como especial. À época, tanto os professores quanto as professoras se aposentavam com 25 anos de exercício no magistério. A condição de especial continuou a ser reconhecida até 1981, quando passou a ser chamada de aposentadoria diferenciada, com a Emenda nº 18/1981. Por ela, os professores passaram a se aposentar com 30 anos de exercício, permanecendo as professoras com o tempo de 25 anos.

Da mesma forma, a atual Constituição Federal, promulgada em 1988, assegurou expressamente o direito à aposentadoria diferenciada pelo exercício do magistério nos artigos 40, §5º e 201, § 8º.

No entanto, é público que o agente químico (pó de giz) e o estresse educacional, agravados pelo ambiente

escolar nos tempos modernos, já seriam, por si só, elementos que justificariam a condição de aposentadoria penosa, portanto especial. Além disso, o professor lida diariamente com falta de recursos humanos e materiais, violência nas salas de aula, esgotamento físico, doenças como depressão, síndrome de Burnout, dentre outras, que os tornam, invariavelmente, profissionais sujeitos a um profundo deterioramento das condições de trabalho, o que, certamente, justifica a condição de aposentadoria penosa, conseqüentemente especial, em conformidade com o artigo nº 57, §1º da Lei nº 8213/91, que diz o seguinte: “a aposentadoria especial será devida uma vez cumprida a carência exigida nesta lei, ao assegurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física...”

Mas qual a diferença da aposentadoria especial para a

aposentadoria diferenciada? Na aposentadoria especial, os trabalhadores não são sujeitos ao famigerado fator previdenciário que faz com que os valores recebidos a título de aposentadoria sofram profundas reduções em função da idade e do tempo de contribuição. E quanto menor a idade, maior o fator previdenciário e por consequência menor o salário de benefício. Ora, se o professor se aposenta com cinco anos a menos que outros trabalhadores, portanto mais novo, a aplicação do fator previdenciário nos leva a concluir que é “dar com uma mão e retirar com outra”.

Nesse sentido, inúmeras ações individuais vêm sendo ajuizadas nos tribunais requerendo a não aplicação do fator previdenciário na aposentadoria do professor(a). Decisões favoráveis aos trabalhadores podem ser confirmadas através do site do STJ, no sentido da não incidência do fator previdenciário no cálculo do salário-benefício da

aposentadoria do professor. E agora, tal entendimento foi firmado durante a sessão realizada pela Turma Nacional de Uniformização da jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (TNU) em 18/06/2015, no Espírito Santo, através do processo nº 5010858-18.2013.4.04.7205. Vale ressaltar que as varas federais comuns não estão obrigadas a isso, mas já é um excelente precedente, e esclarecer, ainda, que o Supremo Tribunal Federal não proferiu decisão sobre o tema.

Assim, orientamos a categoria para ajuizamento de ação de revisão de benefício para recálculo da sua aposentadoria do INSS, com vistas a excluir a incidência do fator previdenciário, garantindo a aposentadoria especial de professor. Aqueles(as) que tiveram suas aposentadorias deferidas pelo INSS, a partir de 01/01/2000, devem procurar o Sinpro-Rio para ajuizar tal ação.

FGTS – Sindicato ingressa com ação de correção

Desde o ano de 2012, a TR começou a reduzir paulatinamente até estacionar no zero em setembro de 2012, encolhendo também a remuneração do Fundo de Garantia (FGTS) – corrigido por juros de 3% ao ano, mais a TR. E, apesar do ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, ainda analise esse tema através do Recurso Especial nº 1.381.683/PE, o Sindicato está ajuizando ações individuais de correção de FGTS para conseguir a substituição da TR por um outro índice de correção das contas do FGTS e recomposição do prejuízo desde 1999.

Quem quiser ingressar com uma ação, deve agendar um horário no Departamento Jurídico do Sindicato, com o advogado Marcelo Davidovich pelos telefones (21) 3262-3429 e 3262-3430. A Documentação necessária será:

Fotocópias:

- Identidade e CPF.
- Comprovante de Residência.
- Carteira de trabalho (foto, qualificação civil, opção pelo FGTS, contrato de trabalho e o número do PIS).
- Extrato da conta do FGTS a ser obtido na Caixa Econômica Federal (desde 1999 até hoje).

Agendamento para Orientações sobre Aposentadoria

Para conseguir orientações sobre a Aposentadoria, inclusive a contagem do tempo, os associados devem agendar horário na recepção do 2º andar da Sede do Sinpro-Rio ou pelo telefone: (21) 3262-3400.

No dia do atendimento, o associado(a) deverá trazer a Carteira de Trabalho e o Controle Nacional de Informação Social (CNIS), a ser obtido num posto do INSS, mediante apresentação do PIS e CPF.

Defenda seus direitos e conquistas!

As escolas têm o dever de recolher o INSS e o FGTS e você, professor(a), tem o direito de controlar isso.

Saiba como fazer:

- INSS: compareça a qualquer agência do INSS, com Carteira de Trabalho, PIS e CPF e solicite o CNIS.
- FGTS: compareça a qualquer agência da Caixa Econômica, com a Carteira de Trabalho, PIS e CPF e solicite o extrato analítico.

COPAP*

Veja a programação e participe!

Março:

Tempo de Saudade – toda 3ª quarta-feira do mês

Sexta-feira, 11, às 10h - Trocando Ideias, bate-papo descontraído sobre fatos do momento e atividades na Copap.

Local: Sede - Centro

Sexta-feira, 18, às 10h – Comemoração do Dia da Mulher

Local: Sede – Centro

Abril:

Sexta-feira, 1 - Visita ao Museu do Amanhã e MAR / Praça Mauá

Ponto de Encontro: em frente ao Museu do Amanhã, às 9h

Sexta-feira, 08, às 10h – Roda de poesia com Laura Esteves, escritora, participante do grupo “Poesia simplesmente”

Local: Sede - Centro

Sexta-feira, 15, às 10h – Trocando Ideias, bate-papo descontraído sobre fatos do

momento e atividades na Copap

Local: Sede-Centro

Sexta-feira, 29, às 10h – Trocando Ideias, bate-papo descontraído sobre fatos do momento e atividades na Copap

Local: Sede-Centro

Maio:

Sexta-feira, 6, às 10h – Oficina Arte Terapia com Marcia Vasconcellos, coautora do livro “Criando Histórias, Criando Vidas”

Local: Sede-Centro

Sexta-feira, 13 - Passeio: Posse dos Coutinhos e suas cachoeiras em Tanguá. Almoço e visita a uma casa de farinha

Saída às 9h da Sede-centro

Transporte: sob consulta

Para outras informações, ligue para 3262-3471 ou 3262-3400.

*Comissão Permanente de Aposentados e Pensionistas do Sinpro-Rio

NÃO À INTOLERÂNCIA

O mal que atravessa o Brasil e o mundo e atinge o indivíduo e o coletivo com um único golpe

O ano de 2015 foi marcado por diversos acontecimentos que revelam o clima de intolerância que se instalou em nosso país desde as eleições presidenciais de 2014. Não foram poucos os casos de xingamentos em locais públicos a pessoas devido às suas opções políticas. O chamado Fla x Flu político deixou o âmbito das redes sociais e ganhou as ruas, muitas vezes

alimentado por uma mídia parcial e preconceituosa.

Não foram poucos, também, os casos públicos de preconceitos contra mulheres, negros, imigrantes, homossexuais, que ganharam manchetes e destaque por virem de pessoas públicas. Alguns culminando em tragédias, como a morte de um

haitiano e de um bebê indígena.

Sendo assim, destacamos, nesta edição, alguns projetos de lei que tramitam no Congresso, fruto dessa onda conservadora e desse clima de ódio em que vivemos. Em particular, a chamada “Lei da Mordaça” travestida com o nome “Escola Sem Partido”, que pretende extirpar das escolas o espaço

de discussão de ideias e pensamentos.

Em uma entrevista para o Jornal do Professor, o cineasta Cacá Diegues, que presenciou um dos episódios mais citados de intolerância política, ocorrido com o compositor Chico Buarque, ressalta um valor humano que anda nos faltando: a consciência de que somos falíveis.

A Farsa da Escola Sem Partido

Professores contra o Escola sem Partido*

O nome do programa é uma referência ao Programa Escola Sem Partido. Existe um projeto de lei que tenta incluir este programa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o PL 867/2015, e outros nove projetos similares tramitando nas casas legislativas de oito estados e no Distrito Federal. Isso sem contar com outros tantos nas Câmaras dos Vereadores de muitos municípios.

O nome também é uma referência ao Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004 para combater a “doutrinação ideológica”. O próprio nome deste movimento é enganador, pois nos coloca uma dicotomia entre uma escola sem partido ou uma escola com partido. Mas, não se enganem, não é isso que está em jogo. O Escola Sem Partido defende que professores não são educadores e que “formar o cidadão crítico” é sinônimo de “fazer a cabeça dos alunos”. É um projeto de escola que remove o seu caráter educacional, defendendo que os professores apenas instruem para formar trabalhadores sem capacidade de reflexão crítica.

A causa desse movimento não se opõe apenas ao PL 867 e suas versões estaduais e municipais. Este projeto de lei está apensado (termo jurídico para “anexado”) a outros projetos igualmente absurdos, que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente: 7180/2014, 7181/2014 e 1859/2015. Além destes projetos, avaliados conjuntamente, também existe o PL 1411/2015, que tipifica o crime de “assédio ideológico” - um crime tipicamente escolar no qual as vítimas seriam os alunos.

*Texto retirado da página Professores contra o Escola sem Partido, do Facebook.

Em entrevista ao Jornal do Professor, Fernando Penna, professor da Faculdade de Educação da UFF, fala da atuação do grupo e sobre a oposição veemente a estes projetos.

JP - O que é e desde quando existe o movimento “Professores contra o

Escola sem Partido”?

Fernando Penna - “Professores contra o Escola Sem Partido” é uma página do facebook, criada para reunir o maior número de pessoas possível no combate a uma série de projetos de lei que ameaçam a educação escolar e criminalizam a prática docente. Como o Escola Sem Partido é o projeto de maior destaque (por estar associado ao movimento de mesmo nome que já completa mais de dez anos de existência insistindo que professores não são educadores), optamos por criar a página com este nome para ser facilmente localizada por aqueles que buscam um espaço de crítica a estes projetos. O nome do grupo por trás da página é Movimento Liberdade para Educar, criado inicialmente por professores recém-formados ou concluindo sua formação inicial em cursos da Universidade Federal Fluminense. Hoje, o movimento conta com a adesão de pessoas de vários locais no estado do Rio e mesmo fora dele.

JP - Quais as implicações para os professores da tentativa de proibição do “ensino crítico” das matérias? E quais as implicações para o aprendizado do estudante?

Fernando Penna - As implicações são terríveis. O Movimento Escola Sem Partido afirma defender a “liberdade de aprender” dos alunos, mas é justamente esta que seria mais limitada pela aprovação de um projeto de lei como este. Os defensores deste movimento não parecem entender que a liberdade de aprender do aluno está intrinsecamente associada à liberdade de ensinar do professor. Se o professor não tiver coragem de trabalhar todos os temas que achar necessário por temer acusações injustas, o maior prejudicado será o próprio aluno que será privado da discussão de temas relevantes para a sua formação.

JP - Não só na Educação vivemos o infeliz avanço das práticas de intolerância. Comumente vemos pessoas hostilizadas e agredidas por seus posicionamentos políticos (como o ocorrido com Chico Buarque) e religiosos (como no caso da menina atingida com pedras por estar vestida com roupa de religião de matriz africana). Que avaliação o senhor faz desse retrocesso do comportamento social?

Fernando Penna - A incapacidade de respeitar as diferentes posições assumidas no espaço público parece ser um fenômeno que ganha força na nossa sociedade. Limitar o caráter educativo da escola (para o Escola Sem Partido professor não é educador, sim um instrutor que deve se limitar a transmitir conteúdo) só tende a agravar esta situação. Valores, como o respeito às crenças e opiniões alheias, são construídos a partir do diálogo aberto entre professores e alunos em sala de aula. Comprometer a escola como espaço franco de debate é um caminho certo para o crescimento da intolerância, no momento em que vivemos.

JP - Como está o andamento dos processos no Congresso e quais os próximos passos do movimento?

Fernando Penna - Os projetos que combatemos receberam um parecer positivo formulado pela Comissão Permanente de Educação da Câmara dos Deputados, o que é gravíssimo. Temos que ficar atentos à tramitação destes projetos e reforçar a mobilização contra eles no caso de novos avanços. Estamos atentos. No Rio de Janeiro, temos projetos tentando instituir o Programa Escola Sem Partido nos níveis municipal e estadual, além do federal.

JP - Na sua opinião, como os professores podem ajudar a combater esses projetos de lei, em salas de aula e fora delas?

Fernando Penna - Existe uma petição pública (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668>) contra estes projetos e precisamos de um número expressivo de assinaturas se quisermos que ela se torne uma ferramenta significativa neste embate. Acompanhar a tramitação dos projetos e ajudar na mobilização em momentos estratégicos, como em dias de votação e audiências públicas também é central. Porém, talvez o mais importante seja informar e debater estes projetos com nossos colegas de ofício. Todos os professores precisam conhecer os riscos que os profissionais da educação estão correndo. Professores poderão ser denunciados anonimamente pelos alunos. Poderão ir para a cadeia simplesmente por discutir certas temáticas em sala de aula. A situação é muito grave e ameaça o coração da nossa profissão: seu caráter educacional.

Pautas conservadoras no Congresso de Cunha

PL 5069/2013 modifica a lei de atendimento às vítimas de violência sexual. O texto dificulta o acesso de vítimas de estupro a medicamentos como a pílula do dia seguinte e torna crime o anúncio de meios ou métodos considerados abortivos.

PL 1672/2011 institui o dia do orgulho hétero para se contrapor ao Dia Internacional do Orgulho Gay.

PLS 432/2013 flexibiliza o conceito de trabalho escravo propondo retirar da lei que define esse tema, a submissão de trabalhadores a condições degradantes e jornadas exaustivas.

PL 4.330/04 e PLC 30/15 propõe a liberalização da terceirização para qualquer área, atividade ou setor produtivo das empresas. A flexibilização da lei trabalhista representa o fim do emprego formal, já que todos os setores da economia podem escolher contratar trabalhadores terceirizados, aos quais não se aplicam acordos nem convenções coletivas.

PL 6.726/13 e o PLS 131/15 reduzem os recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social para a educação e a saúde, dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de concessão, em áreas do Pré-sal e em áreas estratégicas, sendo contrário à Lei da Partilha, que instituiu o Fundo Social e destinou recursos para a educação e a saúde através da Lei 12.858. A proposta quer, ainda, mudar em definitivo o regime de exploração na camada Pré-sal, substituindo a partilha pelo regime de concessão, no qual o Estado apenas recebe o pagamento de royalties sem deter a propriedade de parte do petróleo em acréscimo aos royalties e a outros bônus previstos na partilha. O PL 131/2013, do Senador José Serra, pretende retirar a exclusividade da Petrobras nas operações de exploração do Pré-sal. O controle da exploração do petróleo e gás seria transferido da Petrobras para empresas privadas multinacionais, o que impõe menos arrecadação ao Fundo Social da União e, em consequência, para a educação e a saúde.

PL3722/2012 busca estender o direito ao porte de arma a diversas categorias (incluindo parlamentares, fazendeiros, caminhoneiros e taxistas, por exemplo), em um procedimento mais simples do que o necessário para tirar uma carteira de motorista. Na prática, ela acaba com o Estatuto do Desarmamento, que permite o porte de armas apenas a profissionais que trabalham com segurança pública ou com a defesa nacional.

NÃO À INTOLERÂNCIA

Intolerância Política – a negação do direito de expressão do outro

Reprodução Internet



Cineasta Cacá Diegues

Recentemente, Chico Buarque foi hostilizado ao sair de um bar, no Leblon, por um grupo de rapazes que transformaram sua escolha política – no caso, votar no PT – em objeto de xingamentos. Chico, como é de seu feitio, retornou e tentou argumentar com o grupo. Sentindo que o diálogo não evoluía para uma conclusão amigável, a discussão foi encerrada e foi embora.

Ele não estava sozinho. O cineasta Cacá Diegues o acompanhava e lamenta, nessa entrevista exclusiva para o Jornal do Professor, não só o ocorrido, mas principalmente que, no Brasil, “tenhamos substituído a prática política pelo puro exercício do ódio”.

JP - Que conclusão o senhor tira do episódio que presenciou no Leblon, vivenciado pelo Chico Buarque?

Cacá Diegues: É preciso fazer alguma coisa para fortalecer a democracia no Brasil, acabar com a arrogância dos vencedores e o rancor dos vencidos, deixar que todos se expressem. No Brasil, estamos substituindo a prática política pelo puro exercício do ódio.

JP - Como o senhor vê o avanço das práticas de intolerância na nossa

sociedade, sejam elas políticas, religiosas...?

Cacá Diegues: É preciso lembrar sempre que numa democracia de verdade todos se expressam como melhor entenderem, cada um tem o direito de dizer o que pensa sobre cada coisa. Precisamos aprender a discutir guardando sempre a possibilidade do outro estar certo e nós errados. Ninguém é infalível.

JP - Em entrevista recente, o senhor afirmou que “a democracia está sob ameaça de setores radicalizados da população”. Na sua opinião, como podemos defender e fortalecer a democracia?

Cacá Diegues: Fazendo compreender que a discordância não pode se transformar em ódio, os que pensam diferente de nós não podem ser eliminados sumariamente. Todos têm o direito de se manifestar e todos têm o direito de refutar a manifestação dos outros. Mas sempre sem intolerância e sem preconceito.

JP - Que contribuição o senhor acredita que os professores poderiam dar - dentro de sala de aula - no processo de fortalecimento da democracia?

Cacá Diegues: Os professores precisam entender que eles são os principais mestres da cidadania, são eles que educam os jovens para o amor e o exercício da democracia. Até mais do que os familiares e os amigos, pois os professores são portadores de um direito e uma responsabilidade única para a orientação cívica de seus discípulos. Cabe a eles prepará-los para a vida em sociedade.

Tributos a Azoilda Trindade e Joel Rufino

Arquivo Sinpro-Rio



Arquivo Sinpro-Rio



Em 2015, a CUT homenageou, no auditório do Sinpro-Rio, dois grandes educadores, falecidos em 2015, Azoilda Trindade e Joel Rufino, grandes militantes da luta contra o racismo e também das questões de gênero.

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Oswaldo Luis Cordeiro Teles

1º Vice-presidente
Afonso Celso Teixeira

2º Vice-presidente
Dilson Ribeiro da Silveira

1º Secretário
Marcelo Pereira

2º Secretário
João Jorge de Araújo Armênio

1º Tesoureiro
Antônio Rodrigues da Silva

2º Tesoureiro
Arnaldo Borba Júnior

Procurador
Elson Simões de Paiva
2ª Diretora do Jurídico

Fátima Rodrigues da Silva

Diretor de Organização Sindical
Helio de Oliveira Maia

1º Diretor de Comunicação
Marcio Franco Xavier Vieira

2ª Diretora de Comunicação
Marina Job V. de F. Espírito Santo

Diretora de Patrimônio
Leila dos Santos Azevedo

1ª Diretora de Educação e Cultura
Yara Maria Pereira

2ª Diretora de Educação e Cultura
Maria Marta de Andrade Cerqueira

CONSELHO FISCAL

Adalgisa Burity Silva
Fernando Luis Di Giorgio
João Paulo Câmara Chaves
Marcos Alexandre Souza Gomes

Ricardo Carvalho de Faria
Wellington Freitas da Silva

DIRETORIA PLENA

Ana Cláudia de Souza Nogueira
André Luiz de Azevedo
Andrea Cristina Teodoro
Antônio César Pereira
Carlos Alberto Absalão de Souza
Deyse de Souza Coutinho
Eliza Barbosa de Souza Estevão
Fábio Rodrigo Conde
Fábio Tadeu de Macedo Santana
Glorya Ramos
Gustavo Henrique Cornélio
Helcio França Alvim Filho
Ireni Felizardo
Ivan Guimarães Proença
Jayram Saraiva Uchoa
José Carlos Madureira Siqueira

Laio Lopes
Luciano Wisler da Costa Zarur
Luiz Henrique Rodrigues Bandeira
Marcelo Ferreira de Santanna
Márcio Antônio Guimarães Aguiar
Marco Túlio Paolino
Mário Maturio Coutinho
Neide Hanan
Orlando Falselt Filho
Patrícia D. M. A. Pereira
Paulo Roberto Gentil Leal
Solange José Dias
Valdeci Borges
Valéria Cristina Rezende Lobo
Valéria de Albuquerque
Vânia Siciliano Aieta
Luis Augusto Borges Leão
Dayse Soares de Oliveira
Fábio Emídio Linhares de Souza

O Jornal do Professor é uma publicação do Sinpro-Rio. Órgão informativo do Sinpro-Rio. Distribuição Gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial de nossos artigos, desde que citada a fonte.

Solicita-se também o envio de um exemplar da publicação, para arquivo.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Jornalista
Alessandra Novaes (MT RJ 22.321)

Redação
Bianca Argenta

Projeto gráfico e diagramação
Sinpro-Rio e José Roberto Medeiros

Impressão
3graf Gráfica e Editora
(Tiragem: 15.000)

SEDE CENTRO
Rua Pedro Lessa, 35 • 2º, 3º e 5º andares
Tel. (21) 3262-3400
e-mail: sinpro-rio@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • BARRA DA TIJUCA
Av. das Américas, 5.777 • salas 202 e 208 a 211
Tels. (21) 2438-2457 • 2438-4109
e-mail: barra@sinpro-rio.org.br

SUBSEDE • CAMPO GRANDE
Rua Manai, 180
Tels. (21) 2415-4686 • 3402-1768
e-mail: campogrande@sinpro-rio.org.br

 **SinproRio**
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região